

# COP16

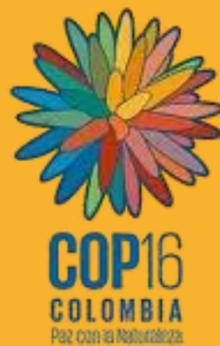
## CALI · COLOMBIA

Paz con la Naturaleza

## ICMS Verde: Incentivos Fiscais para a Sustentabilidade e Conservação Ambiental em Alagoas

Gino César Meneses Paiva - Secretário de Estado  
do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Secretaria de Estado do  
Meio Ambiente e dos  
Recursos Hídricos



**ABEMA**  
Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente



## Leis e Decretos Ambientais em Alagoas

- **Leis e Decretos Ambientais em Alagoas (2022-2024)**
- **1. Decretos**
- **Decreto n.º 77.618/2022: Cria o Comitê Estadual dos Catadores e regulamenta o Programa Alagoas Catador.**
- **Decreto n.º 93.665/2023: Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Alagoas.**
- **Decreto n.º 93.740/2023: Disciplina a implementação da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PROPSA), com base na Lei Federal n.º 14.119/2021, incluindo a criação do Cadastro Estadual de Projetos de PSA.**
- **2. Leis**
- **Lei n.º 9.304/2024: Institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, direcionando esforços para mitigação e adaptação climática.**
- **Lei n.º 9.360/2024: Autoriza a criação da Política Estadual de Hidrogênio Verde em Alagoas, que incentiva o desenvolvimento de energia sustentável no estado.**
- **Lei n.º 9.312/2024: Implementa a Política Estadual de Meio Ambiente, abrangendo diretrizes gerais para a proteção, recuperação e conservação ambiental.**
- **3. Legislação Anterior Regulamentada**
- **Decreto n.º 61571/2018: Regulamenta o art. 4º da Lei Estadual n.º 7.749, de 13 de outubro de 2015, que trata da criação do Sistema de Informação Estadual de Resíduos Sólidos.**

# Introdução ao ICMS Verde

O ICMS Verde é uma ferramenta de incentivo ambiental que repassa um percentual do ICMS aos municípios que implementam práticas sustentáveis. Em Alagoas, 3% do ICMS é distribuído aos municípios que atendem a critérios ambientais específicos.

Embora o percentual alocado seja inferior ao de estados como o Paraná (5%), que destina um percentual maior para critérios ambientais, Alagoas pode buscar um diferencial focando em um viés social para fortalecer o impacto positivo dessa política nas comunidades locais.

# Critérios para Distribuição do ICMS Verde:

- 1% para Municípios com Unidades de Conservação:
- Caráter Social: Investimentos nessas áreas podem favorecer o ecoturismo e a geração de empregos, incentivando o desenvolvimento econômico sustentável.
- 1% para Municípios com Programas de Coleta Seletiva:, especialmente em parcerias com cooperativas de catadores.
- 0,5% para o Manejo de Resíduos Sólidos Adequado: Esse valor é destinado aos municípios que comprovem a destinação correta de resíduos em aterros sanitários.
- 0,5% para Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico: Esse critério apoia municípios que desenvolveram e implementaram um Plano Municipal de Saneamento Básico, condição vital para a saúde e o bem-estar das comunidades.

## **Estratégias para sensibilizar os municípios e Fomentar investimentos em pautas ambientais**

Campanhas de Educação e Conscientização Ambiental: Aumentar o entendimento dos gestores municipais sobre os benefícios de investir em projetos ambientais que trazem resultados sociais.

Capacitação e Treinamento para os Gestores: Oferecer capacitação para que os gestores municipais compreendam o valor econômico e social dos investimentos ambientais e como esses podem alavancar o desenvolvimento local.

Projetos Comunitários de Sustentabilidade: Incentivar que os municípios invistam os recursos do ICMS Verde em projetos comunitários, como hortas urbanas e requalificação de áreas públicas, que trazem benefícios diretos para a população.

# Impactos Potenciais da Reforma Tributária no ICMS Verde

A Reforma Tributária poderá alterar o modelo de distribuição de tributos, o que pode impactar o repasse do ICMS Verde. O novo sistema, que planeja um imposto único sobre bens e serviços, pode reduzir a autonomia dos estados para políticas tributárias próprias, afetando diretamente o ICMS Verde.

**Proposta de Mitigação:** Engajar-se no debate legislativo e propor emendas que preservem o repasse para políticas ambientais regionais, argumentando que o ICMS Verde gera impacto positivo na sustentabilidade e na qualidade de vida.

# Conclusão e Recomendações

Consolidar o Caráter Social do ICMS Verde: Ressaltar que os recursos distribuídos impactam diretamente a qualidade de vida da população, promovendo saúde, inclusão e desenvolvimento sustentável.

Estabelecer um plano de ação, através da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) e Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) para engajar todos os municípios no uso consciente e produtivo dos recursos do ICMS Verde, demonstrando o retorno econômico, social e ambiental.



## Realização



# ABEMA

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

## Patrocinadores

codeX

SCCON  
GEOESPATIAL

SOS. MATA  
ATLÂNTICA

Fundação  
GrupoBoticário



CDP  
ENCLOSURE INSIGHT ACTION

The Nature  
Conservancy  
Brasil



VALE

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO